

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 60/2022 ¹
(Apensado: PLP nº 26/2021)

1. Síntese da Matéria:

O PLP 60/2022 almeja reabrir o prazo os Municípios entregarem a declaração de renúncia de direitos contra a União decorrentes do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), previsto no § 1º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 176/2020.

O PLP 26/2021 (apensado) também pretende alterar o prazo a que se refere o art. 5º, § 1º, da LC 176/2020.

2. Análise:

Observa-se que as proposições contemplam matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

3. Dispositivos Infringidos:

Nenhum.

4. Resumo:

O PLP 60/2022 e o PLP 26/2021 (apensado) não têm implicação orçamentária e financeira.

Brasília, 28 de junho de 2022.

Antonio Carlos Costa d'Avila Carvalho Junior
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

¹ Solicitação de Trabalho da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.

